



Aprovo.

RUI MANUEL
ALVES
FRANCISCO

Assinado de forma digital
por RUI MANUEL ALVES
FRANCISCO
Dados: 2022.02.09
19:34:13 Z

O Secretário – Geral Adjunto do Ministério
da Defesa Nacional

Rui Alves Francisco

PROCEDIMENTO N.º 22/AP-UMC/2022

CONVITE

**CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE 60 000 EXEMPLARES DE
“INSÍGNIA DO ANTIGO COMBATENTE” COM ESTOJO**



ÍNDICE

SECÇÃO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º - Objeto	4
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar e fundamentação	4
SECÇÃO II	5
PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
Artigo 4.º - Disponibilização das Peças de Procedimento	5
Artigo 5.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	5
Artigo 6.º - Erros e omissões do caderno de encargos	6
Artigo 7.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas	7
SECÇÃO III	7
PROPOSTAS	7
Artigo 8.º - Documentos que constituem a proposta	7
Artigo 9.º - Prazo e modo de entrega das propostas	8
Artigo 10.º - Modo e Prazo de Apresentação das Amostras	8
Artigo 11.º - Propostas variantes	9
Artigo 12.º - Prazo de manutenção das propostas	9
Artigo 13.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	9
Artigo 14.º - Esclarecimentos sobre a proposta	9
Artigo 15.º - Exclusão das Propostas	10
Artigo 16.º - Relatório Preliminar	11
Artigo 17.º - Audiência Prévia	11
Artigo 18.º - Relatório Final	11
SECÇÃO IV	12
ADJUDICAÇÃO	12
Artigo 19.º - Critério de adjudicação	12
Artigo 20.º - Decisão e notificação de adjudicação	14
Artigo 21.º - Documentos de habilitação	14
Artigo 22.º - Prestação de caução	14
Artigo 23.º - Reclamações contra a minuta	14



Artigo 24.º - Celebração do contrato	14
SECÇÃO IV.....	15
DISPOSIÇÕES FINAIS	15
Artigo 25.º - Prazos.....	15
Artigo 26.º - Legislação Aplicável.....	15
Artigo 27.º - Foro Competente	15
Anexo I.....	16
Modelo de declaração	16
Anexo II.....	18
Modelo de declaração	18



A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), representada neste procedimento pela Unidade Ministerial de Compras da SGMDN, sita na Av. da Ilha da Madeira, n.º1, 3º piso, 1400-204 Lisboa, convida V. Exas. a apresentar proposta no âmbito da Consulta Prévia adotada para a *Aquisição de 60 000 exemplares de “Insígnia Nacional do Antigo Combatente” com estojo*, nos termos e condições que seguidamente se indicam:

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º - OBJETO

1. O presente convite segue a tramitação procedimental prevista para a Consulta Prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual, e tem por objeto a apresentação de proposta para celebração de um contrato de *Aquisição de 60 000 exemplares de “Insígnia Nacional do Antigo Combatente” com estojo*, nos termos e condições previstas no Caderno de Encargos.
2. O contrato celebrado na sequência do presente procedimento regulará, nos termos que resultam do Caderno de Encargos, as relações contratuais futuras a estabelecer entre o adjudicatário e a entidade adjudicante, bem como os poderes de monitorização do contrato por parte da entidade adjudicante.

ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é o Estado através da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, abreviadamente designada por SGMDN, pessoa coletiva 600032205. O presente procedimento será conduzido pela sua Unidade Ministerial de Compras, sita na Avenida Ilha da Madeira, n.º 1 -3.º Piso, 1400-204 Lisboa, com endereço de correio eletrónico umcompras.mdn@defesa.pt

ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E FUNDAMENTAÇÃO

1. A decisão de contratar foi, devidamente, tomada pelo Exmo. Senhor Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, Comodoro Rui Alves Francisco, por delegação de competências do Exmo. Senhor Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, João



Martins Ribeiro, nos termos do despacho n.º 6427/2018, de 3 de maio de 2018, publicado no DR 2.ª série, n.º 125 de 2 de julho de 2018, fundamentando a escolha da consulta prévia ao abrigo da disposição legal suprarreferida.

2. Este processo visa assegurar a aquisição de 60 000 exemplares de “Insígnia Nacional do Antigo Combatente” com estojo.
3. Através do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto do Antigo Combatente, aprovado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto estabelecido no n.º 1 do artigo 5.º onde foi criada a *Insígnia Nacional do Antigo Combatente*, como símbolo identitário da situação de antigo combatente das Forças Armadas portuguesas. Esta insígnia, destina-se a ser usada pelos Antigos Combatentes, como tal considerados ao abrigo do artigo 2.º do mesmo estatuto.

SECÇÃO II

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 4.º - DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt

ARTIGO 5.º - ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos indicados no número anterior devem ser solicitados, por escrito, através da Plataforma Eletrónica acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo o(s) interessado(s) notificado(s) desse facto.
4. Os esclarecimentos serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados, que as tenham obtido, imediatamente notificados desse facto.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 6, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.



6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 6.º - ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, consideram -se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
7. As retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.



ARTIGO 7.º - PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido.

SECÇÃO III

PROPOSTAS

ARTIGO 8.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e nos moldes abaixo indicados, que têm obrigatoriamente de ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica, sob pena de exclusão:

- a. **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** do presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar.
- b. **A proposta**, na qual o concorrente deve indicar os atributos e os termos ou condições em que se propõe contratar nos termos respetivamente das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, dos quais se destaca:
 - i. **Preço total** para a aquisição objeto do presente contrato, expresso em algarismos e por extenso, em euros e com apenas 2 (duas) casas decimais, prevalecendo em caso de divergência o expresso por



extenso, com menção expressa de que ao preço acresce o IVA à taxa legal em vigor;

- ii. **Especificação do Peso, em gramas e com 2 (duas) casas decimais, e da espessura, em milímetros, da Insígnia¹.**
- iii. **Especificação do prazo de entrega da totalidade dos bens**, que não pode ser superior ao referido na Cláusula 4.º - Prazos de Entrega - do Caderno de Encargos deste procedimento.
- c. Quaisquer outros documentos que o concorrente, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, considere indispensáveis apresentar;
- d. Nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;
- e. **Documento que comprove poderes de representação**, se for o caso. Nos casos em que o certificado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade submeter conjuntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 6 do o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 9.º - PRAZO E MODO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

1. A proposta deverá ser enviada até às 23h59 do 12.º (décimo segundo) dia após a disponibilização do presente procedimento na plataforma eletrónica supra indicada.
2. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no sítio da internet www.acingov.pt
3. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 10.º - MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

1. Para efeitos de avaliação dos termos e condições dos atributos da proposta e para aprovação final do produto, os concorrentes deverão apresentar amostras físicas da insígnia e respetivo estojo, na quantidade de uma (1) unidade de cada.
2. As amostras da insígnia e respetivo estojo solicitadas com a proposta, devem obedecer ao seguinte:

¹ Caso haja divergência entre estes valores e os obtidos com os equipamentos de precisão da SGMDN, prevalecerão os valores apurados pela SGMDN.



- a) Ser apresentadas em invólucro opaco e fechado;
 - b) No rosto do invólucro deve ser indicado o número e designação do procedimento, da entidade adjudicante, bem como estar perfeitamente identificado com o nome do concorrente e a designação “AMOSTRAS”;
 - c) Devem ser entregues diretamente ou enviadas por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação de propostas.
 - d) A receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
2. As amostras terão de ser entregues na SGMDN - Unidade Ministerial de Compras - até ao término do prazo para apresentação das propostas², para o endereço Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 3.º piso, 1400-204 Lisboa.
 3. Todos os custos inerentes à apresentação das amostras serão da responsabilidade dos concorrentes.
 4. Caso as amostras da Insígnia e respetivo estojo não correspondam às Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, será fator de exclusão da respetiva proposta.

ARTIGO 11.º - PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas propostas variantes ou condicionadas.

ARTIGO 12.º - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 13.º - LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, o júri do procedimento, no dia imediato ao termo fixado para a apresentação das propostas, procede à abertura das propostas e à publicitação da lista de concorrentes, na plataforma eletrónica suprarreferida.
2. Os concorrentes incluídos na lista referida no número anterior podem proceder à sua consulta na plataforma eletrónica aí mencionada.

ARTIGO 14.º - ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

² As propostas cujas amostras sejam rececionadas após o término do prazo para apresentação de propostas, serão excluídas.



2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada no procedimento, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 15.º - EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do Convite e que não cumpram o modo e prazo de apresentação definido nos artigos 9.º e 10.º do Convite;
 - b. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência por aquele Caderno de Encargos;
 - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - e. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - f. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - g. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
 - h. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
 - i. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, nos termos previstos no artigo 8.º do Convite;
 - j. Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;



- k. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- l. Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas na Cláusula 28.^a - Especificações Técnicas - do Caderno de Encargos;
- m. Que não respeitem o preço base;
- n. Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista, nomeadamente as situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- o. Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

ARTIGO 16.º - RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação no presente Convite.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o Júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que integrem alguma causa de exclusão.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

ARTIGO 17.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, o mesmo será enviado pelo Júri do procedimento a todos os concorrentes, fixando um prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

ARTIGO 18.º - RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer causa de exclusão.
2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.



SECÇÃO IV

ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 19.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o objeto de fornecimento a contratar, descrito na Cláusula 28.^a - Especificações Técnicas - do Caderno de Encargos, na modalidade descrita na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada pela modalidade *multifator*, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores que o densificam, e que são os seguintes:
 - a. Critério relativo ao custo - Preço da proposta (P) (com duas casas decimais) - Ponderação de 80%
 - b. Critério relativo à qualidade (Q) - Peso da peça (em gramas e com duas casas decimais) Ponderação: 20 %
2. Para tal, deverá ser tido em consideração o seguinte modelo de avaliação:

Decomposição do critério de adjudicação/Descritores dos fatores de adjudicação/Fórmulas de cálculo

- a. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa e os fatores que o densificam são os seguintes:
 - i. Preço (P) - 80%
 - ii. Qualidade Técnica (Q) - 20%

Para efeitos do cálculo da pontuação final da proposta (PF), a mesma será obtida conforme expressão matemática a seguir indicada:

$$PF = 0,80 \cdot P + 0,20 \cdot Q$$

- b. As escalas de pontuação para os diferentes fatores que densificam o critério de adjudicação são:
 - A) Densificação do fator Preço e respetiva pontuação parcial

Para apreciação do fator preço, vai ser estabelecida uma normalização do preço que irá ser efetuada através da relação entre o preço do concorrente, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:



$$P = 60 * (PB - PC) / PB$$

Em que:

P = Pontuação parcial do Preço

PB = Preço base

PC = Proposta do Concorrente

B) Densificação do fator Qualidade

Para apreciação deste fator, cuja pontuação será efetuada numa escala de 10 (dez) a 60 (sessenta) pontos, sendo atribuído a cada proposta o valor da pontuação obtida, conforme indicado a seguir:

Fator	Pontuação	Descritores	Pontos
Q -Peso Peça (Insígnia)	60 pontos (pontuação máxima do fator qualidade)	Q1 - Se tiver peso entre [3,41 - 3,60] gr.	60
		Q2 - Se tiver peso entre [3,21 - 3,40] gr.	40
		Q3 - Se tiver peso entre 3,61 gr. e peso máximo de 3,70 gr, sendo que 3,70 gr. é o peso máximo permitido (valores superiores serão fator de exclusão)	20
		Q4 - Se tiver peso entre peso mínimo de 3,15 gr. e 3,20 gr., sendo que 3,15 gr. é o peso mínimo permitido (valores inferiores serão fator de exclusão)	10

NOTA: os valores de pesos intermédios serão sempre arredondados às duas casas decimais

3. Vencerá a proposta que apresentar uma Pontuação Final (PF) maior.
4. Em caso de empate das propostas apresentadas, o critério de desempate será determinado em favor da proposta que apresentar o menor preço.
5. Caso subsista o empate, o critério de desempate será determinado em favor da proposta que apresentar o menor tempo para entrega da totalidade do produto final.
6. Se ainda assim se mantiver o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.
7. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora, forma e local onde se realizará o ato de sorteio.



ARTIGO 20.º - DECISÃO E NOTIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise de propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 81.º do CCP;
 - b) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

ARTIGO 21.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da decisão referida no artigo anterior, o adjudicatário deve, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt apresentar:

- a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme Anexo II ao presente Convite;
- b) Documentos de habilitação referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

ARTIGO 22.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não haverá lugar à prestação de caução.

ARTIGO 23.º - RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. As reclamações contra a minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da apresentação da reclamação, a entidade adjudicante comunica ao reclamante a sua decisão.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi rejeitada.

ARTIGO 24.º - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;



SECÇÃO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 25.º - PRAZOS

Todos os prazos indicados no presente Convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

ARTIGO 26.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite e demais documentos contratuais, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

ARTIGO 27.º - FORO COMPETENTE

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato que vier a ser celebrado será exclusivamente competente a jurisdição do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1) (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de..... (1), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (firma, número de identificação fiscal e sede ou, caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2) Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4) Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para os efeitos de procedimento criminal.

6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7) O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada, nos



termos do n.º 1 do artigo 86.º e constituí contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º ambos do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local, data e assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º